OPINIÃO
MIGUEL MARQUES PEREIRA

Esta casa tem regras

Artigo exclusivo

O Orçamento que financiava uma assembleia bicha mais pequena, nos moldes do de verdadeira, para onde os deputados cujos lobos Cavaco não apenas fazem tentar uns puliteretos.

Ferreira do Zêzere

Nem todos debate que nunca com distintas de 10 mil. Mas, se o PS não vai mudar, o governo de 10 mil não vai mudar, diferente de José Sócrates e simultâneo, que este governo não vai mudar. Mas, se o PS não vai mudar, o governo de 10 mil não vai mudar. Mas, se o PS não vai mudar, o governo de 10 mil não vai mudar.

Nesta casa há regras. Uma delas é que o Orçamento do Estado não é um cheque em branco. Outra é que o Governo não governa sozinho. E uma terceira é que o Parlamento não existe para fazer figuras tristes. Quando uma maioria absoluta se transforma numa espécie de rainha Vitória, que não aceita ser contrariada nem por uma vírgula, o resultado é sempre o mesmo: impasse, crise política e, muitas vezes, eleições antecipadas.

Foi isso que aconteceu em 2021, quando o PS chumbou o Orçamento do Estado para 2022 e António Costa se demitiu. Foi isso que aconteceu em 2011, quando José Sócrates fez o mesmo com o PEC IV. E foi isso que aconteceu em 1987, quando Cavaco Silva governava com maioria absoluta e o Parlamento lhe chumbou o Orçamento. Em todos estes casos, a democracia funcionou exatamente como deve funcionar: o Governo apresentou uma proposta, o Parlamento discutiu-a, votou-a e, quando não a aprovou, o Governo assumiu as consequências políticas dos seus atos.

Agora, o Governo de Luís Montenegro quer fazer o mesmo. Depois de ter chumbado o Orçamento do Estado para 2025, apresentou uma proposta de Orçamento do Estado para 2026 que, na prática, é uma cópia do anterior, com pequenos ajustes e uma boa dose de confiança política. Só que desta vez o Governo não tem maioria absoluta. Tem uma maioria relativa, que é muito diferente. E tem também uma oposição que, depois de ter sido humilhada durante anos, sente que chegou a sua vez de mostrar os dentes.

O resultado é previsível: o Orçamento vai ser chumbado, o Governo vai demitir-se e o país vai entrar em campanha eleitoral. Não porque alguém queira isso, mas porque ninguém quis outra coisa.

Importa, por isso, perceber o que está em jogo. Não está em jogo a estabilidade política, como tantas vezes se diz. Está em jogo a forma como a democracia portuguesa funciona quando o poder deixa de estar concentrado num único partido. Durante décadas, habituámo-nos a ver o Parlamento como uma formalidade incómoda, um lugar onde se discutem coisas que depois são resolvidas noutro sítio. Agora, o Parlamento voltou a ser o sítio onde as coisas acontecem. Isso é bom, mesmo quando é desconfortável.

O problema é que muitos atores políticos ainda não perceberam isso. O Governo comporta-se como se a maioria relativa fosse uma maioria absoluta com defeito de fabrico. Os partidos à esquerda comportam-se como se a derrota eleitoral de 2024 lhes tivesse dado o direito de vetar tudo. E o Chega comporta-se como se estivesse permanentemente em campanha, à espera de transformar cada votação numa prova de força. Ninguém parece disposto a negociar a sério, porque negociar implica ceder, e ceder implica explicar aos eleitores porque é que não se conseguiu tudo o que se prometeu.

Há, no entanto, uma diferença importante entre este momento e os anteriores. Desta vez, o Governo não tem desculpa para dizer que foi travado por forças externas ou por uma maioria hostil. Apresentou uma proposta, negociou com quem quis negociar, fez concessões e recebeu muitas propostas de outros partidos. Se o Orçamento for chumbado, não será porque lhe impuseram condições inaceitáveis, mas porque não conseguiu construir um compromisso mínimo. E isso diz muito sobre a forma como este Governo entende o exercício do poder.

Também não é verdade que o Governo tenha governado sem margem de manobra. Nos últimos meses, aprovou medidas importantes em áreas como a habitação, a saúde e a defesa, muitas delas com o apoio de partidos que, no papel, estão na oposição. Isso mostra que a maioria relativa não é apenas um problema: é também uma oportunidade para quem está disposto a trabalhar com os outros, em vez de trabalhar contra eles.

O problema é que essa oportunidade exige uma cultura política que ainda não existe entre nós. Exige que o Governo aceite que não manda sozinho. Exige que a oposição aceite que não pode apenas destruir. Exige que os partidos aceitem que o seu sucesso eleitoral depende, em grande parte, da capacidade de fazer funcionar as instituições. E exige que os eleitores aceitem que governar é escolher entre opções imperfeitas, e não entre o bem e o mal.

Se o Orçamento for chumbado, o mais provável é que o PS suba nas sondagens, o Chega cresça ainda mais e a direita tradicional fique ainda mais fragmentada. Mas também é provável que, depois das eleições, nenhum desses partidos tenha uma maioria clara para governar sozinho. E aí voltaremos à mesma conversa: quem é que vai negociar com quem, e em que condições.

Talvez seja isso que falte dizer aos portugueses: que a instabilidade não é um acidente, mas uma consequência natural de um sistema político que funciona. Que os governos de coligação ou de entendimento não são sinal de fraqueza, mas de maturidade. E que a democracia não é um espetáculo para ser assistido, mas um trabalho para ser feito.

Nesta casa há regras. Uma delas é que o Orçamento do Estado não é um cheque em branco. Outra é que o Governo não governa sozinho. E uma terceira é que o Parlamento não existe para fazer figuras tristes. Quando uma maioria absoluta se transforma numa espécie de rainha Vitória, que não aceita ser contrariada nem por uma vírgula, o resultado é sempre o mesmo: impasse, crise política e, muitas vezes, eleições antecipadas.

Foi isso que aconteceu em 2021, quando o PS chumbou o Orçamento do Estado para 2022 e António Costa se demitiu. Foi isso que aconteceu em 2011, quando José Sócrates fez o mesmo com o PEC IV. E foi isso que aconteceu em 1987, quando Cavaco Silva governava com maioria absoluta e o Parlamento lhe chumbou o Orçamento. Em todos estes casos, a democracia funcionou exatamente como deve funcionar: o Governo apresentou uma proposta, o Parlamento discutiu-a, votou-a e, quando não a aprovou, o Governo assumiu as consequências políticas dos seus atos.

Agora, o Governo de Luís Montenegro quer fazer o mesmo. Depois de ter chumbado o Orçamento do Estado para 2025, apresentou uma proposta de Orçamento do Estado para 2026 que, na prática, é uma cópia do anterior, com pequenos ajustes e uma boa dose de confiança política. Só que desta vez o Governo não tem maioria absoluta. Tem uma maioria relativa, que é muito diferente. E tem também uma oposição que, depois de ter sido humilhada durante anos, sente que chegou a sua vez de mostrar os dentes.

O resultado é previsível: o Orçamento vai ser chumbado, o Governo vai demitir-se e o país vai entrar em campanha eleitoral. Não porque alguém queira isso, mas porque ninguém quis outra coisa.

Importa, por isso, perceber o que está em jogo. Não está em jogo a estabilidade política, como tantas vezes se diz. Está em jogo a forma como a democracia portuguesa funciona quando o poder deixa de estar concentrado num único partido. Durante décadas, habituámo-nos a ver o Parlamento como uma formalidade incómoda, um lugar onde se discutem coisas que depois são resolvidas noutro sítio. Agora, o Parlamento voltou a ser o sítio onde as coisas acontecem. Isso é bom, mesmo quando é desconfortável.

O problema é que muitos atores políticos ainda não perceberam isso. O Governo comporta-se como se a maioria relativa fosse uma maioria absoluta com defeito de fabrico. Os partidos à esquerda comportam-se como se a derrota eleitoral de 2024 lhes tivesse dado o direito de vetar tudo. E o Chega comporta-se como se estivesse permanentemente em campanha, à espera de transformar cada votação numa prova de força. Ninguém parece disposto a negociar a sério, porque negociar implica ceder, e ceder implica explicar aos eleitores porque é que não se conseguiu tudo o que se prometeu.

Há, no entanto, uma diferença importante entre este momento e os anteriores. Desta vez, o Governo não tem desculpa para dizer que foi travado por forças externas ou por uma maioria hostil. Apresentou uma proposta, negociou com quem quis negociar, fez concessões e recebeu muitas propostas de outros partidos. Se o Orçamento for chumbado, não será porque lhe impuseram condições inaceitáveis, mas porque não conseguiu construir um compromisso mínimo. E isso diz muito sobre a forma como este Governo entende o exercício do poder.

Também não é verdade que o Governo tenha governado sem margem de manobra. Nos últimos meses, aprovou medidas importantes em áreas como a habitação, a saúde e a defesa, muitas delas com o apoio de partidos que, no papel, estão na oposição. Isso mostra que a maioria relativa não é apenas um problema: é também uma oportunidade para quem está disposto a trabalhar com os outros, em vez de trabalhar contra eles.

O problema é que essa oportunidade exige uma cultura política que ainda não existe entre nós. Exige que o Governo aceite que não manda sozinho. Exige que a oposição aceite que não pode apenas destruir. Exige que os partidos aceitem que o seu sucesso eleitoral depende, em grande parte, da capacidade de fazer funcionar as instituições. E exige que os eleitores aceitem que governar é escolher entre opções imperfeitas, e não entre o bem e o mal.

Se o Orçamento for chumbado, o mais provável é que o PS suba nas sondagens, o Chega cresça ainda mais e a direita tradicional fique ainda mais fragmentada. Mas também é provável que, depois das eleições, nenhum desses partidos tenha uma maioria clara para governar sozinho. E aí voltaremos à mesma conversa: quem é que vai negociar com quem, e em que condições.

Talvez seja isso que falte dizer aos portugueses: que a instabilidade não é um acidente, mas uma consequência natural de um sistema político que funciona. Que os governos de coligação ou de entendimento não são sinal de fraqueza, mas de maturidade. E que a democracia não é um espetáculo para ser assistido, mas um trabalho para ser feito.

APENAS 1€ POR REVISTA
APROVEITE A OFERTA
VISÃO
SUBSCREVER

COMENTÁRIOS
0 COMENTÁRIOS
Mais
Novo mais antigo
Partilhar
Iniciar sessão
Ordenar por comentários mais antigos
Partilhe a sua conversação...
Ser o primeiro a comentar.
Subscrever
Privacidade
Publicar um comentário...
Publicar no Facebook também
Publicar
Preview
Delete
Edit
Responder
Editado
Gostar
Responder
Editado
Gostar
Responder
Editado
Gostar